

Novo pacote está em estudo

Brasília — Suspensão temporária e parcial do pagamento dos juros da dívida externa, acompanhada de centralização cambial no Banco Central. Reajuste dos aluguéis, em 28 de fevereiro, pela variação da inflação nos últimos 12 meses — prevista em 71,2% — e recongelamento por prazo ainda indefinido. Redução dos juros, que passam a ser pós-fixados com base na LBC (Letras do Banco Central), e tabelamento das taxas de intermediação cobradas pelos bancos (spreads), que ficariam em 8%, em média. Gatilho ou abono salarial e recongelamento, por 120 dias, dos preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e pela Sunab e também dos salários.

Este conjunto de medidas em estudo é a última cartada da equipe do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para recuperar o controle sobre a economia, cuja decisão final depende do presidente José Sarney. A previsão, no Ministério da Fazenda, é de que as medidas comecem a ser anunciadas a partir de segunda-feira, depois que os principais assessores do governo acertarem os últimos detalhes neste fim de semana. Amanhã, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, reúne-se com o presidente José Sarney para discutir as propostas e dar o aval do seu partido aos novos rumos da economia.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, negou ontem às 21h40min, que exista a disposição do governo de centralizar o câmbio.

— Não existe absolutamente nada sobre isso — declarou ao deixar o Ministério para viajar a São Paulo. Confirmou, porém, estudos do governo para reduzir as taxas de juros e o reajuste dos aluguéis com base na inflação.

A necessidade de um choque na economia já era um consenso dentro da equipe econômica, pelo menos desde o final do ano passado, mas havia divergências com o Ministério do Planejamento quanto à forma e a data de sua aplicação. A indefinição atrasou a decisão, até que o governo decidiu esperar por um pacto social entre trabalhadores e empresários, que funcio-

naria como apoio político para garantir o respeito ao recongelamento. O acordo não saiu e o choque, que tinha data marcada para 27 de janeiro, foi adiado, à espera de um fator aglutinador da sociedade, em torno do governo.

Este fator veio com a crise nas reservas cambiais que estão abaixo dos dois bilhões de dólares, muito aquém do limite de segurança, tornando inevitável a suspensão do pagamento dos juros da dívida. A crise externa poderia servir para unir a população em defesa da soberania nacional.

Desde o início da semana, em reuniões sucessivas, os principais assessores de Funaro — Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manoel Cardoso de Mello, Paulo Nogueira Batista, Roberto Muller e Álvaro de Alencar (estrela da negociação com o Clube de Paris) — definem as medidas. O Ministério do Planejamento ficou fora deste estreito círculo de decisões por dois motivos, de acordo com fontes do governo: a meningite do ministro João Sayad e a necessidade de resguardar pelo menos parte dos economistas do PMDB dentro do governo, caso as medidas deem errado.

A equipe do Planejamento permanece em seus cargos, evitando que uma possível saída da equipe de Funaro abra espaço para economistas ortodoxos, partidários da pura e simples recessão como solução para a crise econômica.

Ontem de manhã, enquanto Funaro despicava fora de agenda com Sarney, seus cinco assessores permaneceram reunidos no gabinete de Belluzzo com interrupção apenas para o almoço, retomando das discussões, à tarde, desta vez no gabinete do ministro. O novo presidente do Banco Central, Francisco Gross — que substituiu Fernão Bracher, contrário ao endurecimento das negociações com os bancos credores para reescalonar a dívida externa —, almoçou com Funaro. À saída, pediu tempo para reconhecer a situação, mas diante da pergunta sobre a centralização cambial, respondeu, lacônico:

— Tudo é possível. Nada é inevitável.